

Reflexões sobre relações interseccionais de poder nas trajetórias de mulheres relações-públicas no Brasil

Reflections on intersectional power relations in the trajectories of women public relations in Brazil

Reflexiones sobre las relaciones interseccionales de poder en las trayectorias de las mujeres relaciones públicas en Brasil



Maria Aparecida Ferrari

- Professora Associada II da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
- Livre-Docente em Relações Públicas pela USP
- Doutora em Ciência da Comunicação pela USP, com período de estudos na Universidade de Maryland (EUA)
- Mestra em Ciências da Comunicação pela USP
- Graduada em Ciências Sociais pela USP e em Relações Públicas pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi
- E-mail: maferrar@usp.br



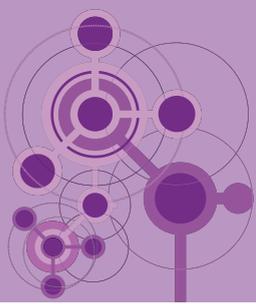
Kalliandra Quevedo Conrad

- Docente do curso de bacharelado em Comunicação Organizacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
- Doutora e mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP)
- Vice coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação, Gênero e Desigualdades da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/CNPq).
- E-mail: kconrad@professores.utfpr.edu.br



Sandra Milena Ortega Restrepo

- Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
- Bolsista CAPES
- Especialista em *marketing* pela Pontificia Universidad Bolivariana, Colombia
- Graduada em Relações Públicas pela Universidad de Medellín, Colombia
- E-mail: smorestrepo@gmail.com



Resumo

O artigo analisa as construções de sentido sobre as relações interseccionais de poder que marcaram a trajetória de quatro mulheres que atuam como relações-públicas. Buscamos responder à questão: de que modo essas relações de poder sustentam as desigualdades vivenciadas pelas relações-públicas no Brasil? A partir da abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica, os resultados mostram a predominância do discurso da meritocracia, que naturaliza a discriminação vivenciada pelas mulheres, expressa pela naturalização da maternidade, a individualização do trabalho do cuidado e o não reconhecimento do racismo estrutural, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: RELAÇÕES INTERSECCIONAIS DE PODER • RELAÇÕES-PÚBLICAS • MATERNIDADES • RACISMO.

Abstract

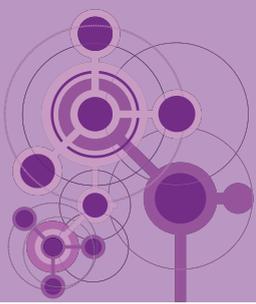
The article analyzes the meanings around intersectional power relations that marked the trajectory of four Public Relations women to answer whether these relations uphold the inequalities experienced by Public Relations in Brazil. Results from the critical discourse analysis performed show the predominance of the meritocracy discourse, which naturalizes gender-based discrimination against women, expressed by the naturalization of motherhood, the individualization of care work and the non-recognition of structural racism.

KEYWORDS: INTERSECTIONAL POWER RELATIONS • PUBLIC RELATIONS • MATERNITY • RACISM.

Resumen

O artículo analiza las construcciones de sentido sobre las relaciones interseccionales de poder que marcaron la trayectoria de cuatro mujeres relaciones-públicas. Busca responder a la pregunta: ¿De qué modo esas relaciones sostienen las desigualdades vivenciadas por las profesionales en Brasil? A partir del abordaje teórico-metodológico de Análisis del Discurso Crítico, los resultados muestran la predominancia del discurso de la meritocracia que naturaliza la discriminación vivenciada por las mujeres, expresada en la naturalización de la maternidad, la individualización del trabajo del cuidado, y el no reconocimiento del racismo estructural, entre otros.

PALABRAS CLAVE: RELACIONES INTERSECCIONALES DE PODER • RELACIONES PÚBLICAS • MATERNIDADES • RACISMO.



INTRODUÇÃO

A atividade de relações públicas no Brasil é um caso particular na América Latina, uma vez que este é o único país com legislação específica que disciplina o exercício profissional, por meio da Lei 5.377, de 11 de dezembro de 1967 (Brasil, 1967). No mesmo ano, por decreto governamental, foi criado o primeiro curso superior com duração de quatro anos, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Graças à regulamentação da profissão, e com o crescimento dos cursos de graduação, pós-graduação e a formação de docentes especializados, as relações públicas no Brasil tiveram desenvolvimento mais rápido do que no restante dos países da América Latina (Ferrari, 2011).

Passados mais de 50 anos da criação do primeiro curso universitário de relações públicas no Brasil, atualmente a atividade se expandiu e, hoje, corporações, empresas privadas e públicas e do terceiro setor contam com profissionais qualificados (Ferrari, 2011). Paralelamente é importante mencionar iniciativas que colaboram para impulsionar a profissão, como a criação do curso de especialização Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Gestcorp), promovido pela ECA/USP desde 1999 e, também, a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp), que tem estimulado a pesquisa e a realização de eventos científicos nacionais e internacionais, com vistas a melhorar a prática da atividade profissional.

Pesquisa realizada por Ferrari (2011) aponta que, apesar de os cursos de relações públicas no país contarem com mais mulheres do que homens inscritos, no mundo do trabalho a maioria dos postos de comando da área da comunicação está nas mãos dos homens; ou seja, as mulheres são maioria em cargos técnicos e gerenciais, mas não encontram equidade no primeiro escalão das empresas. Em 2022, Ortega observou que essa tendência continua a acompanhar as mulheres no decorrer da vida profissional, por exemplo, com a questão da maternidade, que foi considerada como um dos maiores obstáculos para alcançar posições de comando.

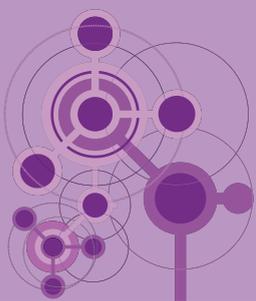
Ao longo da história das relações públicas no Brasil percebemos que o cenário cultural e social contemporâneo vem apontando transformações importantes. As pautas sociais que envolvem questões de gênero, raça, classe e idade têm ganhado cada vez mais espaço nos discursos e nas práticas organizacionais. Os profissionais¹ de relações públicas também são perpassados por essas questões, mas ainda carecem, especialmente no contexto brasileiro, de referenciais teóricos consistentes para reflexão e análise das relações de poder e de desigualdade que constituem sua prática profissional.

Diante do contexto da atividade de relações públicas no Brasil, este artigo tem por objetivo analisar as construções de sentido sobre as relações interseccionais de poder² que marcaram a trajetória de mulheres³ que atuam como relações-públicas no mundo do trabalho. A questão-problema que orienta a análise é: de que modo as relações interseccionais de poder sustentam as desigualdades vivenciadas pelas relações-públicas no Brasil? Para responder a essa questão, apresentamos o conceito de

1 Estamos cientes da necessidade do uso da linguagem para abarcar as pluralidades. No entanto, adotamos a regra gramatical de concordância nominal que prevê que o adjetivo fique no masculino plural, como indica a norma padrão.

2 Este artigo não tem como objetivo realizar uma análise aprofundada sobre o conceito de poder. No entanto, consideramos a compreensão de Silvia Federici (2017) desenvolvida a partir de um olhar crítico sobre o conceito foucaultiano. A filósofa reconhece que o poder não pode ser compreendido como "uma entidade autossuficiente, metafísica, ubíqua, desconectada das relações sociais e econômicas" (Federici, 2017, p. 24); desta forma, no presente artigo, entendemos o poder também como lugar político de exploração que ocuparam (e ainda ocupam) as mulheres no sistema capitalista.

3 No caso das mulheres participantes da pesquisa de Ortega (2022) todas se identificaram como mulheres cis e heterossexuais. Embora as questões de gênero e sexualidade não tenham sido critérios de seleção, é importante salientar que não consideramos a categoria "mulher" de forma homogênea. Entendemos que há uma multiplicidade de identidades cis e trans, bem como pessoas não binárias e agênero.



interseccionalidade de poder e mapeamos e analisamos os sentidos de interseccionalidade no discurso de quatro mulheres que atuam como relações-públicas.

O artigo está baseado na pesquisa de Ortega (2022) cujo objetivo foi identificar os percalços e os desafios que as mulheres enfrentam no exercício da profissão de relações públicas no Brasil. A partir da análise das histórias de vida de quatro mulheres (Bertaux, 1999) entrevistadas por Ortega (2022), as transcrições dessas entrevistas foram utilizadas como *corpus* de análise do artigo. Como abordagem teórico-metodológica, recorremos à Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2016). E, em termos analíticos, selecionamos as categorias *vocabulário*, *coesão* e *gramática* para mapear e analisar as relações interseccionais de poder que sustentam as desigualdades vivenciadas pelas relações-públicas.

Os principais resultados mostraram a predominância do discurso da meritocracia, que naturaliza a discriminação vivenciada pelas mulheres, expressadas pela naturalização da maternidade⁴, individualização do trabalho do cuidado, o não reconhecimento do racismo estrutural, entre outros.

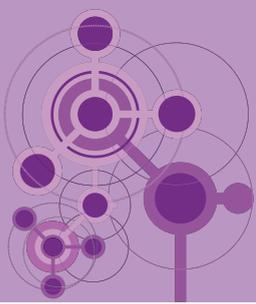
O presente artigo está estruturado em cinco seções. A primeira seção, Introdução, apresenta o início das relações públicas no Brasil e as questões de relações interseccionais de poder que interferem na vida profissional das mulheres. A segunda seção traz breves considerações sobre as relações interseccionais de poder e a atividade de relações públicas no Brasil como pano de fundo da pesquisa. A terceira apresenta o percurso metodológico, em que se descreve o método de histórias de vida (Bertaux, 1999) e a Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2016), bem como as diferentes etapas da pesquisa. A quarta seção trata dos resultados da análise sobre as relações interseccionais de poder que marcaram a trajetória de quatro mulheres relações-públicas. Finalmente, a quinta seção traz as considerações finais das autoras.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES INTERSECCIONAIS DE PODER E A ATIVIDADE DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

A ideia de refletirmos sobre as relações interseccionais de poder e a atividade de relações públicas no Brasil surgiu por vários motivos. O primeiro foi a constatação de que não existem pesquisas no país que tratem dessa relação e, portanto, não há literatura especializada local. O segundo motivo, consequência do primeiro, é que para tratar desse tema foi preciso buscar apoio na literatura estrangeira e em estudos já realizados em outras partes do mundo, principalmente do hemisfério norte; daí a necessidade do cuidado para evitar os vieses de interpretação e compreensão dos contextos em que foram produzidos. O terceiro motivo é que algumas pesquisas realizadas na área de relações públicas apontam que, em geral, as mulheres não ocupam as mesmas funções que os homens no exercício da atividade de relações públicas (Ferrari, 2000; Topić, 2020; Adi; Ayme-Yahi, 2020; Ortega, 2022).

Se compararmos com a profissão de Jornalismo, a situação das mulheres não é totalmente diferente. Segundo uma pesquisa do Instituto Reuters para Estudos de Jornalismo (citada por Gurgel, 2022), o Brasil se encontra em uma das piores posições em relação à média geral, pois apenas 7% dos principais editores são mulheres. As mulheres jornalistas perderam espaço,

⁴ Conforme O'Reilly (2016), há uma distinção entre os conceitos de maternidade e maternagem. Esta última envolve práticas de cuidado que podem ser feitas por qualquer pessoa, enquanto a maternidade é uma construção ideológica que se altera e se modifica em cada época histórica. Neste trabalho, utilizamos o conceito de maternidades, no plural, porque entendemos que a maternidade é, igualmente, um espaço heterogêneo e singular de experiências vivenciadas em determinadas condições sociais, culturais e econômicas (Leite, 2019; Vivas, 2021).



uma vez que a taxa era de 12% em 2020. Em 11 dos 12 mercados pesquisados, a maioria dos principais editores são homens, inclusive em países onde as mulheres superam os homens em número de jornalistas em atividade.

Os motivos mencionados serviram como oportunidade para iniciarmos o presente debate acerca das relações interseccionais de poder no exercício profissional das relações públicas no Brasil. O que vemos em nosso cotidiano, por meio de denúncias e pesquisas realizadas, é que, na cultura brasileira e latino-americana, está enraizada a suposição de que “gênero decorre de uma natureza biológica a qual impõe direitos e deveres diferenciais às mulheres e aos homens” (Blay; Avelar, 2017, p.15). Segundo Blay e Avelar (2017, p.16), as teorias feministas apoiadas na história mostraram que “diferenças profissionais, valores e comportamentos são moldados culturalmente e se transformam ao longo do tempo”. Portanto, se a condição de gênero está assentada em um determinado contexto histórico, os valores e os comportamentos são fruto desse contexto e, conseqüentemente, podem e devem ser modificados.

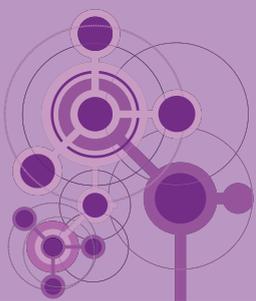
Olhar para as diferenças requer não apenas o reconhecimento sobre as desigualdades de gênero. O sistema de poder patriarcal⁵ é (re)produzido a partir de diferentes tipos de privilégios, os quais envolvem raça, classe⁶, sexualidade, idade, corpos, cujas formas de manutenção das relações de poder não são as mesmas para quem se localiza na esfera das intersecções de poder. Nesse sentido é que acionamos o conceito de interseccionalidade empregado pela primeira vez na área jurídica, em 1991, pela advogada afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw. A advogada realizou pesquisa sobre mulheres negras de classes desfavorecidas nos Estados Unidos, a fim de analisar como a sobreposição ou intersecção de identidades sociais estavam diretamente relacionadas aos sistemas e estruturas de dominação e discriminação (Hollanda, 2019).

Posteriormente, outras autoras ampliaram os estudos sobre interseccionalidade com foco no racismo, como é o caso de Avtar Brah, que trabalhou a categoria “negro/black” (Brah, 2006, p.329) a partir da experiência de grupos africanos-caribenhos e do sul da Ásia que migraram para a Grã-Bretanha no período do pós-guerra. Segundo Brah (2006, p.351), “as estruturas de classe, raça, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra”. No Brasil, para Sueli Carneiro, é imprescindível construir uma perspectiva feminista que considere o racismo como eixo principal que articula, impacta e jerarquiza as relações sociais de forma interseccionada com variáveis como gênero e classe (Carneiro, 2019). Para Carneiro, “nas teorias feministas latino-americanas, o gênero é, sem dúvida, uma variável teórica importante, porém inseparável de outros eixos de opressão [...]” (Hollanda, 2019, p.16).

Para Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 estabeleceram um foco específico de luta — racismo, gênero, classe, por exemplo. Com isso, determinadas categorias teóricas e analíticas foram mais evidenciadas, ao passo que outras foram, de certa forma, negligenciadas. De modo a construir um campo de ação e de luta que abarcasse as diferentes categorias de opressão vivenciadas pelas mulheres negras, passou-se a utilizar o conceito de interseccionalidade como ferramenta teórica e analítica (Collins; Bilge, 2021). A interseccionalidade, portanto, é uma lente teórico-analítica que nos permite enxergar, compreender e investigar diferentes tipos de relações de poder desiguais que vêm se estabelecendo historicamente.

5 Segundo Marcia Tiburi (2018, p. 26-27), o conceito de patriarcado é “um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições. É esse sistema que o feminismo busca desconstruir. Ele tem uma estrutura de crença firmada em uma verdade absoluta [...] produzida na forma de discursos, eventos e rituais. Em sua base está a ideia sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre os gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres e outros pensamentos que soam bem limitados, mas que ainda são seguidos por muita gente”.

6 Ao utilizarmos o conceito de classe estamos nos referindo tanto à classe social quanto à classe de consumo. Com isso, consideramos o poder econômico e, também, nos filiamos à noção de que “o pertencimento a uma determinada classe nos indica, além de variedades sociais, *desigualdades sociais*” (Codato; Leite, 2009, p.24, grifos dos autores).



Partindo do pressuposto de que “as relações de poder dependem de práticas organizacionais duráveis, embora variáveis”, Collins e Bilge (2021) apresentam o que denominam de quatro domínios de poder distintos: 1) estrutural; 2) cultural; 3) disciplinar; e 4) interpessoal. Embora diferentes entre si, essas formas de poder estão interligadas e perduram ao longo do tempo, conformando-se em práticas organizacionais (Collins; Bilge, 2021). O domínio estrutural compreende as relações de poder que estruturam as instituições sociais e que se expressam no “mercado de trabalho, moradia, educação e saúde” (Collins; Bilge, 2021, p.20). O segundo domínio de poder diz respeito ao modo como os aspectos culturais moldam as relações de poder. O terceiro, o domínio disciplinar, corresponde ao modo como as normas, regras e regulamentos são aplicados em função de diferentes marcadores da diferença. E, por último, o domínio interpessoal nos possibilita observar “como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar” (Collins; Bilge, 2021, p.28).

Quando refletimos sobre as relações públicas na sociedade pós-moderna, observamos que a perspectiva funcionalista da atividade já não tem espaço no contexto contemporâneo. A relação unilateral do profissional com a organização, em que o profissional sempre defender as ações e comportamentos da organização, muitas vezes a qualquer preço, vem perdendo força, uma vez que, hoje, o relações-públicas deve ser um “ativista” organizacional (Holtzhausen, 2016). A instrumentalização da atividade de Relações Públicas, destacando o perfil técnico e tático dos profissionais, tem sido substituída por uma perspectiva crítica que considera a atividade de relações públicas como capaz de analisar cenários (Ferrari, 2011) e de assumir uma função de consultora da organização, para apontar as percepções dos distintos públicos e colaborar para que as ações e comportamentos corporativos produzam sentido a todos que se relacionam com ela.

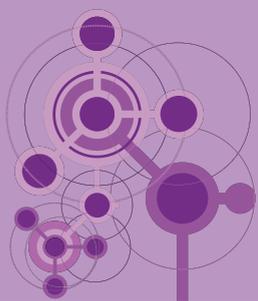
A partir do final do século XX, a perspectiva crítica das relações públicas começou a ser enfatizada por um grupo de estudiosos (Verčič et al., 2001; L'Etang, 2009; Xifra, 2012; Holtzhausen, 2016; Pieczka, 2019) que trataram de qualificar a atividade por meio de práticas éticas, justas e transparentes, tanto nas empresas como na sociedade. Uma das principais ênfases da abordagem pós-moderna é fornecer uma lente diferente, por meio da qual as relações públicas passam a ser vistas como uma atividade que oferece novas alternativas de experiências para os profissionais.

A perspectiva crítica das relações públicas tem tido o apoio de pesquisadoras como Topić (2020), Adi e Ayme-Yahi (2020) e Aktaş (2020) que acreditam que é possível uma prática das Relações Públicas mais diversa e inclusiva. Para essas autoras, progressos consideráveis foram feitos tanto na academia quanto nos círculos profissionais desde a década de 1980, quando foram desenvolvidas as pesquisas *The Velvet Ghetto: The impact of the increasing percentage of women in public relations and business communication* (Cline, 1986)⁷ e *Women in Public Relations* (Grunig; Toth; Hon, 2001)⁸. Porém, ainda é necessário entender melhor como a força de trabalho está organizada, e como a diversidade, o gênero e os feminismos têm influenciado a prática das relações públicas em cada país, uma vez que o desenvolvimento político, social, cultural de cada nação é distinto.

A fim de melhorar o *status* da profissão, Adi e Ayme-Yahi (2020) consideram que se deve começar por incluir na história das relações públicas a participação das mulheres, uma vez que a maioria dos livros sobre relações públicas publicados nos Estados Unidos incluem somente homens, como Ivy Lee e Edward Bernays — denominados como os “pais da profissão” — esquecendo das mulheres também como representantes dessa atividade. Algo semelhante ocorreu na Europa,

7 Pesquisa desenvolvida com o apoio da International Association of Business Communication (IABC). Tinha como objetivo descrever o impacto do aumento do número de mulheres no campo das relações públicas. Os resultados mostraram que os salários dos profissionais de relações públicas estavam caindo e que os homens estavam deixando o campo por empregos melhor remunerados.

8 Estudo promovido pela Public Relations Society of America (PRSA). Seu objetivo era explicar por que mulheres e homens vivenciam seu trabalho em relações públicas de maneira tão diferente. Foi um estudo longitudinal de cinco anos e teve como cerne as experiências das mulheres no exercício da profissão de relações públicas em aspectos como recrutamento, treinamento, promoção, *glass ceiling*, assédio sexual e restrições no local de trabalho.



com as obras que destacam Lucien Matrat como o pioneiro da atividade no continente, e no Brasil, com as obras de Cândido Teobaldo de Souza Andrade e Roberto Porto Simões, esquecendo mulheres como Hebe Wey (1983), Peruzzo (1986) e Kunsch (1986).

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres que atuam como relações-públicas não ocorrem somente no Brasil e nos países da América Latina, mas também em países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mostrando que a desigualdade de gênero não reflete o desenvolvimento da sociedade. Citamos como exemplo a referida pesquisa do Instituto Reuters para Estudos de Jornalismo (citada por Gurgel, 2022), que mostra que países com boa pontuação no Índice de Desigualdade de Gênero da ONU, como Finlândia e Espanha, têm relativamente poucas mulheres entre os principais editores. Acreditamos que essa lógica seja a mesma para o posicionamento das mulheres que atuam como relações-públicas.

A inclusão das mulheres na profissão e uma justiça transparente podem evitar a perpetuação de preconceitos e estereótipos e encontrar soluções para que o crescimento das mulheres em suas carreiras seja mais inclusivo e justo. Portanto, nossa reflexão parte das seguintes premissas: a) que as relações interseccionais de poder precisam ser reconhecidas pelas mulheres profissionais de relações-públicas no exercício de sua profissão; b) que é preciso lutar contra o racismo que embebe as relações de trabalho e sociais; e c) que é preciso reconhecer que os feminismos latino-americanos devem suplantar o privilégio epistêmico do feminismo hegemônico do Norte. Só assim as mulheres latino-americanas poderão lutar por seus anseios e necessidades.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento do artigo, partimos da pesquisa desenvolvida por Ortega (2022), que consistiu em um estudo qualitativo de caráter exploratório (Gil, 2002), a partir das histórias de vida de quatro mulheres profissionais de Relações Públicas (Bertaux, 1999). O objetivo dessa pesquisa foi identificar os percalços e os desafios que essas mulheres enfrentam no exercício da profissão, no Brasil.

Ortega (2022) escolheu como método as histórias de vida que, segundo Bertaux (1999, p.15) "interessam, não como histórias pessoais, mas na medida em que essas histórias não passam de um pretexto para descrever um universo social desconhecido". Para a seleção das participantes foi utilizado o LinkedIn, considerando que a referida plataforma digital tem como finalidade a manutenção dos relacionamentos entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Os critérios que Ortega (2022) utilizou para a seleção das profissionais de sua amostra foram: residir em diferentes localidades do Brasil, ter mais de 10 anos de experiência no mercado de relações públicas e exercer a profissão em diferentes segmentos. A Figura 1 resume o perfil das participantes com seus respectivos nomes fictícios.

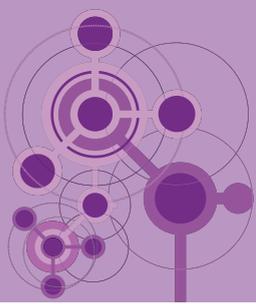


Figura 1: Identificação das quatro participantes



#PraTodosVerem: A Figura 1 representa uma síntese do perfil das quatro entrevistadas: Erin, Maria, Pina e Vitória. Cada uma delas é apresentada em uma coluna, sendo Erin na cor rosa, Maria na cor laranja, Pina na cor verde e Vitória na cor azul. Cada coluna contém as seguintes informações, dispostas uma abaixo da outra: Erin — tem 36 anos, autodeclarada negra, de classe média, com 14 anos de experiência profissional, trabalha no setor de Engenharia Civil e nasceu em Jaboatão dos Guararapes (PE); Maria — tem 59 anos, autodeclarada branca, de classe média-alta, 35 anos de experiência profissional, trabalha no setor de Telecomunicações e nasceu em Pouso Alegre (MG); Pina — tem 35 anos, autodeclarada parda, de classe média, 12 anos de experiência profissional, trabalha no setor de Comunicações e nasceu em Salvador (BA); e Vitória — 33 anos, autodeclarada branca, de classe média-alta, 13 anos de experiência profissional, trabalha no setor de Educação e nasceu em São Paulo (SP).

Fonte: elaborado pelas autoras.

Devido à crise sanitária da Covid-19 à época da pesquisa de campo, os encontros foram virtuais. Foram realizados quatro encontros com cada uma das profissionais, entre agosto e novembro de 2020, com duração de 60 a 90 minutos. Estes foram conduzidos à luz de critérios como escuta calorosa e compreensão empática (Santamarina; Marinas, 1995), a fim de criar um ambiente de confiança. As participantes construíram livremente a história de suas vidas sem ordem cronológica e as intervenções da pesquisadora foram apenas para aprofundar determinados aspectos alinhados aos objetivos da investigação ou para entender melhor como ocorreram os eventos apresentados. As conversas foram gravadas e transcritas com o consentimento das participantes.

A partir disso, o percurso metodológico do presente artigo compreende três etapas principais. A primeira é a pesquisa de Ortega (2022), utilizada como ponto de partida para as reflexões aqui propostas. A segunda etapa refere-se às histórias de vida, as quais constituem nosso *corpus* de análise. E, por fim, na terceira e última etapa, a análise dessas histórias de vida é feita com base na abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica. Essas etapas são ilustradas na Figura 2.

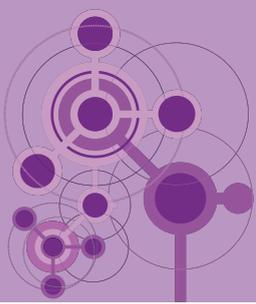
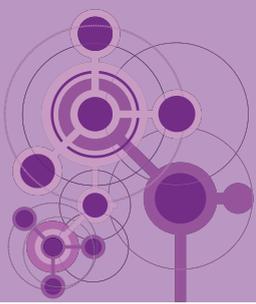


Figura 2: Etapas do percurso metodológico



#PraTodosVerem: A Figura 2 descreve as etapas do percurso metodológico a partir de uma forma circular situada no lado esquerdo, e da explicação de cada etapa no lado direito. No centro da forma circular está escrito “Etapas metodológicas” e, ao redor, são indicadas essas etapas, sendo a primeira, “A pesquisa de Ortega”, a segunda, “Histórias de Vida (Bertaux, 1999)” e, a terceira, “ADC de Fairclough (2016)”. Cada etapa possui uma cor diferente, sendo a primeira etapa na cor rosa; a segunda na cor verde; e a terceira na cor laranja. O ícone de uma lupa aparece junto da “Pesquisa de Ortega”, o ícone de uma pessoa, junto à “Histórias de Vida”; e o ícone representando uma rede, na terceira e última etapa, “ADC de Fairclough (2016)”. Do lado direito, iniciando no canto superior, há o seguinte texto: Pesquisa de Ortega — Teve por objetivo identificar percalços e desafios na trajetória de profissionais de Relações Públicas, a partir do recorte de quatro mulheres; Histórias de vida — A pesquisa de Ortega (2022) se utilizou do método de histórias de vida, cujas transcrições das entrevistas foram utilizadas como *corpus* de análise neste trabalho; ADC de Fairclough — A partir da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2016), selecionamos as categorias analíticas de Vocabulário, Coesão e Gramática para mapear as relações interseccionais de poder que sustentam as desigualdades vivenciadas pelas relações-públicas. Fonte: elaborado pelas autoras.

A Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2016) dedica-se a observar e analisar questões de poder e desigualdade social, tal como as apresentadas na trajetória profissional das quatro profissionais de relações públicas. A construção da trajetória das referidas mulheres como objeto empírico deste trabalho se deu tanto pelo aspecto semiótico identificado nas histórias de vida quanto pelas questões relacionadas às desigualdades por elas vivenciadas. Nesse sentido, o método de histórias de vida permitiu que as entrevistadas expressassem, por meio da linguagem, uma rede de significados sobre o lugar que ocupam no mercado de trabalho, entrelaçando suas memórias, acontecimentos e desafios a questões mais amplas, relacionadas ao contexto social, cultural, político e econômico que estruturam o tecido social. Assim, essas histórias funcionaram como pistas para mapear as relações interseccionais de gênero, raça, classe, maternidades, idade, entre outros marcadores da diferença, que atravessam o percurso profissional das mulheres relações-públicas.



Com isso, nos filiamos a um dos pressupostos da Análise de Discurso Crítica que é o de entender a importância das práticas sociais na construção dos discursos que circulam na sociedade. Observar a linguagem na construção das práticas sociais das profissionais de relações públicas nos permitiu articular os eventos que pautaram suas histórias de vida com as práticas textuais e discursivas produzidas historicamente na sociedade. Isso porque o método de histórias de vida abre possibilidades para a autorreflexão, para a produção de narrativas de si, para a reconstrução de seu próprio percurso de vida que, à luz da perspectiva do pesquisador, articula o diálogo estabelecido nas entrevistas com o objetivo pré-estabelecido na pesquisa.

O percurso analítico foi estruturado em quatro fases, conforme a Figura 3. Cada etapa serviu como um guia para que chegássemos ao objetivo principal deste trabalho que é o de analisar os sentidos sobre as relações interseccionais de poder na trajetória das mulheres que atuam como relações-públicas.

Figura 3: Fases do percurso analítico



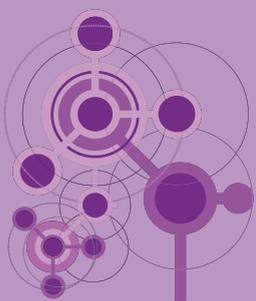
#PraTodosVerem: A Figura 3 representa o percurso analítico em quatro quadrados, um ao lado do outro. Cada quadrado contém uma fase, numerada de um a quatro, na parte superior da figura. A fase número um é intitulada "Transcrição" e está representada na cor rosa; a fase número dois é "Leituras" e apresenta a cor laranja; a fase número três é a "Categorização", na cor verde; e a fase número quatro é denominada "Mapeamento", e está representada na cor azul.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A primeira fase consistiu na transcrição das entrevistas realizadas com as quatro mulheres relações-públicas. Após a transcrição, foram realizadas leituras do material. A primeira leitura, a qual denominamos de leitura primária, visou construir um primeiro contato com as histórias de vida. Logo após, foram feitas as leituras de imersão para categorizar o texto com base no objetivo deste trabalho. Realizada a categorização, buscamos mapear os sentidos a partir das categorias analíticas selecionadas.

Levando em consideração as características e especificidades do material a ser analisado, "a escolha de que categorias utilizar para a análise de um texto não pode ser feita *a priori*. É sempre uma consequência do próprio texto e das questões/preocupações de pesquisa" (Ramalho; Resende, 2011, p.113, grifo das autoras). Selecionamos, então, três categorias analíticas — Vocabulário, Coesão e Gramática —, as quais abrigam diferentes propriedades analíticas dos textos (Fairclough, 2016). Dentre as propriedades analíticas de cada categoria, recorreremos ao significado das palavras (categoria Vocabulário); aos conectivos e à argumentação (categoria Coesão); e à modalização (categoria Gramática).

Na categoria analítica Vocabulário, o significado das palavras nos ajuda a compreender que cada palavra constitui um campo de múltiplas possibilidades de significação; o que é caracterizado por Fairclough (2016) como lexicalização. A produção de sentidos é, pois, uma escolha para "lexicalizar" determinada palavra de modo a construir determinado significado. "Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual [...]", uma vez que estão inscritas em "facetas de processos sociais e culturais mais amplos" (Fairclough, 2016, p.239).



A categoria Coesão, a partir da propriedade textual dos conectivos e da argumentação, trata das relações entre orações e frases. "As pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações, que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença" (Fairclough, 2016, p.108). É uma forma de observar quais sentidos são produzidos pela arquitetura de um texto, expressa por conjunções, pronomes, artigos, entre outros; ao formarem uma unidade maior no texto, nos possibilitam identificar os modos de argumentação para produzir determinado sentido (Fairclough, 2016).

Na categoria analítica de Gramática, a modalização refere-se aos variados "graus de comprometimento" que podemos escolher ao formular um enunciado (Fairclough, 2016, p.207). Estes podem ser expressos por meio de verbos, tempos verbais, advérbios, entre outros tipos de manifestação textual. Fairclough (2016) explica que a modalidade pode ser classificada em subjetiva ou objetiva. Na primeira, o grau de afinidade está explícito, enquanto na segunda não está representado de forma clara. Com isso, pode-se dizer que "o uso da modalidade objetiva frequentemente implica alguma forma de poder" (Fairclough, 2016, p.208).

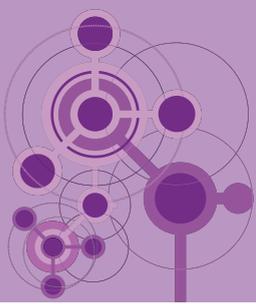
Posteriormente passamos à análise do *corpus*, em que os sentidos mapeados a partir das categorias analíticas foram tensionados com o referencial teórico da perspectiva crítica das relações públicas e da interseccionalidade, apresentado como chave interpretativa.

ANÁLISE DOS SENTIDOS DE INTERSECCIONALIDADES NO DISCURSO DAS RELAÇÕES-PÚBLICAS

Nesta seção buscamos desenvolver a análise das relações de poder interseccionais que permeiam a trajetória das entrevistadas como uma possibilidade de reflexão crítica sobre as relações públicas. Com isso, empreendemos o desafio de pensar a prática da profissão desde a perspectiva das Relações Públicas Críticas e sob os contextos que delineiam a atividade no Brasil. A proposta é, então, articular essa perspectiva aos possíveis sentidos produzidos a partir das histórias de vida das profissionais de relações públicas entrevistadas.

A pesquisa de campo realizada por Ortega (2022) revelou que essas mulheres apresentavam perfis diversos, situando-se em diferentes lugares de privilégio e, também, de opressão. Em relação à categoria Vocabulário, observamos como as escolhas lexicais e os modos de significação atribuídos pelas mulheres revelam relações interseccionais de poder. Isso porque as interseccionalidades podem ser expressas por diferentes palavras, cujos significados não têm uma relação apenas com o domínio da experiência individual das histórias de vida, mas indicam sistemas de valores e de crenças, estruturas sociais, culturais e ideológicas mais amplas.

O vocabulário concernente às maternidades é representado por palavras como "guerreira", "lutadora", "forte", "inabalável", "presente", "disponível", "paciente", "amorosa", "dedicada". Inferimos que esse conjunto de palavras, por estar associado à imagem de mulheres-mães, reforça o ideal romantizado de maternidade, especialmente quando as entrevistadas se referem às experiências com suas próprias mães. Essa rede de significados pode nos levar à reflexão sobre as práticas sociais dominantes quanto ao discurso das maternidades, cuja estruturação se dá pelo trabalho produtivo e reprodutivo, categorias-base para compreender o conceito de divisão sexual do trabalho. Segundo Kergoat (2009, p.67), "a divisão sexual do trabalho é compreendida como as relações sociais com base no sexo/gênero que resultam em diferentes posições de poder na sociedade". Daí a divisão que se estabeleceu historicamente de que mulheres pertencem à esfera privada, doméstica, por assumirem as tarefas do trabalho reprodutivo; e os pertencem homens à esfera pública, por ocuparem funções de valor social pelas quais recebem remuneração (trabalho produtivo) (Kergoat, 2009). Segundo Melo e Castilho (2009, p.137),



"o trabalho reprodutivo tem um grande significado para o bem-estar do ser humano", justamente por se referir ao trabalho do cuidado: cuidado com a casa, os(as) filhos(as), o(a) companheiro(a), o planejamento da rotina familiar etc.

Há uma multiplicidade de sentidos em movimento no relato do trabalho do cuidado exercido pelas entrevistadas ao se tornarem mães. Um dos primeiros pontos que identificamos é que, independentemente das intersecções de raça, classe ou idade, as entrevistadas têm em comum as opressões vivenciadas pela maternidade, cujas tensões se estabelecem pela incompatibilidade entre ser mãe e atuar no mundo do trabalho.

O conceito de divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009) que mencionamos acima nos ajuda a compreender que tanto a esfera doméstica quanto a esfera pública abrigam distintas formas de trabalho, cujo conceito está atrelado às desigualdades de gênero e, pode-se acrescentar, a inúmeras outras relações interseccionais. O que se percebe é que, para as relações-públicas, somente o trabalho na esfera pública e remunerado é considerado trabalho, enquanto que o trabalho do cuidado, de responsabilidade das mulheres no seio da vida familiar, corresponde ao ideal patriarcal de maternidade, como observamos nas falas das entrevistadas:

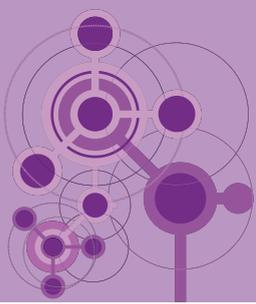
Minha mãe é do lar. Agora, depois que a gente cresceu, **ela começou a trabalhar fora, mas** a gente já tava adulta. **Mas** enquanto a gente era pequeno, **ela cuidava da gente** em casa, né (Erin, grifo nosso).

É sempre **bem pesado** a rotina de ter o trabalho durante o dia e depois os filhos. As mulheres estão **muito preocupadas** com a educação dos filhos, com a segurança dos filhos, com a alimentação dos filhos. Os homens não se preocupam com isso. Não vejo muitos homens preocupados com isso. Então penso que está no **DNA da mulher** essa preocupação com a família. Então **vai ser sempre uma dupla jornada**. Eu não vejo isso mudando porque está em **nossa mentalidade**. As mulheres têm a **questão cultural de cuidar** dos filhos, de **cuidar** da família. Está em nosso **DNA**, não vai ter empresa que tire isso da gente, não vai ter outra cultura que tire isso da gente, **está intrínseco** (Maria, grifo nosso).

O trabalho do cuidado, desenvolvido no espaço privado da família é construído como uma tarefa exclusivamente das mulheres-mães. É uma função natural atribuída às mulheres e reforçada pelo argumento biológico, o que demonstra, ainda, que não há tentativas de desconstruir o estereótipo materno que recai sobre as mulheres.

Segundo hooks (2019, p.200), "a experiência biológica da gravidez e do parto, dolorosa ou prazerosa, não deveria ser usada para corroborar a ideia de que a parentalidade feminina é necessariamente superior à dos homens". Especialmente na fala de Maria há uma contradição, uma vez que a entrevistada se filia ao discurso da biologização (O'Reilly, 2016) e, ao mesmo tempo, reconhece que o cuidado é uma "questão cultural". Sabe-se que a cultura é um processo de significação construído socialmente e, portanto, capaz de ser modificado, reforçado, alterado (Hall, 2016). A maternidade como um papel exclusivamente das mulheres se avoluma no discurso hegemônico de tal forma que a função de maternar é incorporada pela cultura ocidental como algo dado, capaz de naturalizar as desigualdades provenientes da divisão sexual do trabalho. Percebe-se, assim, que o conceito de trabalho está "diretamente ligado às relações de poder e desigualdade entre classes, na sociedade capitalista" (Oliveira-Cruz, 2018, p.51), gerando exclusão, preconceito e discriminação, especialmente para as mulheres de classes mais baixa.

O significado de tornar-se mãe para as entrevistadas está associado a um conjunto de significados que se relaciona com os sentidos de "ser" mulher, com o trabalho do cuidado, a ter (ou não) uma rede de apoio, a assumir múltiplas responsabilidades e tarefas no mundo do trabalho e na esfera doméstica. Observamos que há uma combinação dos pressupostos de naturalização, individualização e essencialização, conforme aponta O'Reilly (2016), cujas definições indicam que a maternidade é parte



substancial e intrínseca à identidade das mulheres-mães, as quais devem ser responsabilizadas pelo trabalho do cuidado na esfera privada. As seguintes falas exemplificam nossa compreensão:

Eu me senti **mulher quando eu fui mãe**. [...] E foi nesse momento que eu senti que eu era mulher, porque **um homem não poderia fazer isso**. Então, **ser mãe para mim significa ser mulher**, né? [...] na hora de ser mãe você tem realmente pessoas que **você tem que cuidar, proteger** e isso é para mim o **sentido do feminino**, né? (Maria, grifo nosso).

Por exemplo, a questão da maternidade, também, **se ela for mãe isso pesa**, porque é um ser que tá ali e vai necessitar de atenção. E, assim, por mais que o pai esteja por perto, **a mãe é insubstituível**. Eu sei que o pai também, **mas, assim, é diferente a relação de mãe e filho**, tá entendendo? (risos) **É diferente** (Erin, grifo nosso).

[...] E aí, eu lembro que ele falou: 'E você vai ver...', **ele é Diretor de RH e é um cara super-humano, ele tinha contratado uma mulher grávida**. E ele me falou assim: 'Você vai ver que **como mãe, você vai desenvolver outras habilidades que você não desenvolveria no mundo corporativo**', entendeu? Então, eu quero trabalhar com **pessoas que tenham família**, que tenham outras prioridades e, que, **claro, que gostem do trabalho e se dediquem**, mas não precisam pensar no trabalho 24 horas, sabe? (Vitória, grifo nosso).

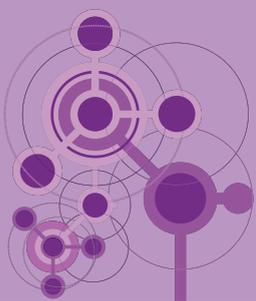
É interessante observar que, a partir da narrativa de Vitória, a maternidade é compreendida como uma habilidade que contribui para sua atuação no mundo do trabalho. A questão que se coloca a partir disso é a tensão entre a maternidade como trabalho do cuidado e a maternidade como identidade (Maher, 2004), reconhecida, na sociedade patriarcal, como um trabalho exclusivo das mulheres. Se, por um lado, esse aproveitamento da maternidade como algo capaz de contribuir para o trabalho remunerado é visto como positivo, por outro, também é a causa da "culpa materna" (Leite, 2019). Isso porque há uma cobrança para as mulheres atingirem seu potencial máximo em termos de tempo, planejamento e excelência, buscando um ideal inatingível como mãe e como profissional.

Em contraponto a essa perspectiva concordamos com Maher (2004) ao argumentar que a maternidade pode ser entendida como um ofício, "uma atividade qualificada com habilidades que são transferíveis para outras aspirações e atividades de vida" (Maher, 2004, p.9, tradução nossa)⁹. Isso indicaria uma mudança das maternidades para a prática da maternagem (O'Reilly, 2016); ou seja, o trabalho do cuidado pode ser desenvolvido por qualquer pessoa e, portanto, deixaria de ser exclusividade das mulheres.

Pela modalização, as falas de Maria e Erin dão pistas sobre o modo como compreendem as relações interseccionais das quais fazem parte. Destacamos o uso de advérbios modais como "sempre" e o verbo "ser" para enunciar a relação das entrevistadas com o significado de maternidades. "Ser mãe significa ser mulher" (Maria); "Eu acho que ser mãe ajuda... assim, em vários aspectos" (Vitória); "a mãe é insubstituível" (Erin). Percebemos que há um tipo de modalização categórica que busca estabilizar os sentidos sobre as maternidades a partir de argumentos biológicos e na valorização da experiência feminina no trabalho do cuidado em detrimento de uma relação de "parentalidade revolucionária" (Hooks, 2019, p.195). Neste sentido, hooks afirma que:

No dicionário, a definição da palavra 'pai' relaciona o seu sentido à aceitação de responsabilidade, sem mencionar palavras como 'ternura' e 'afeto', normalmente mencionadas na definição da palavra 'mãe'. Ao transferir para a mulher a total responsabilidade pela nutrição — e isso significa satisfazer as necessidades materiais e emocionais das crianças — a sociedade reforça a ideia de

⁹ No original: "[...] as a skilled activity with skills that are transferable across to other life aspirations and activities" (Maher, 2004, p.9).



que a mãe é mais importante que o pai. Embutida na definição e no uso dos termos 'pai' e 'mãe' está a ideia de que essas duas palavras se referem a experiências bem distintas (Hooks, 2019, p.200-201).

Além disso, o trabalho do cuidado demanda uma rede de apoio. Segundo Souza (2020, p.53) o nível de exigência para com as mães é muito maior do que em épocas anteriores. Para dar conta das cobranças (inclusive autoinfligidas), as mulheres-mães precisam otimizar o tempo em uma maternagem e rotina baseadas na ideia de alta *performance*, conforme sugerem as falas de algumas entrevistadas:

Eu acho que poderia ter levado menos tempo. Meu desenvolvimento levou mais tempo porque questões mesmo de **família**, você tem que dedicar também uma **grande parte de seu tempo**. O que acontece é que a mulher não consegue **ser 100%**. **Sinceramente**, quando você tem filhos, você tem pratinhos que você tem que ficar segurando como **malabarista**, e aí **leva mais tempo** para você crescer na sua carreira (Maria, grifo nosso).

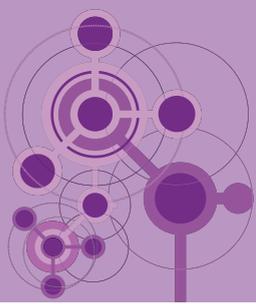
A primeira vez que eu senti alguma **discriminação** por **ser mulher** foi quando **eu engravidei**. Na adolescência **nunca** senti nenhuma diferença, na escola, **nunca** senti uma diferença, até depois na Faculdade também não, **nada**. É **mais difícil** para a mulher, porque se fosse meu marido procurando emprego naquela época quando engravidei, ele teria arranjado um emprego muito **fácil**... Então a nossa vida **é muito mais difícil** (Vitória, grifo nosso).

Levando isso em consideração, as narrativas das entrevistadas demonstram que a desigualdade de raça e de classe se torna mais evidente. À guisa de exemplo, Maria e Vitória, na condição de mulheres brancas e de classe média-alta, têm experiências diferentes das outras entrevistadas; porém, compartilham com Erin a discriminação por serem mães. Isso pode explicar o fato de, no mundo do trabalho, as mulheres ficarem relegadas às atividades operacionais, enquanto cargos de conselhos e de alta gerência são, na maioria das vezes, ocupados por homens (Adj; Ayme-Yahil, 2020).

Em relação ao "domínio interpessoal" (Collins; Bilge, 2021, p.28), inferimos que as narrativas, enquanto experiências individuais, são, igualmente, constituídas por estruturas de poder que arregimentaram a sociedade. Um dos traços discursivos que denota a intersecção dos domínios de poder utilizados pelas entrevistadas se dá pelo uso da conjunção "mas". De modo geral, esse conectivo demarca um espaço controverso no discurso, um embate entre a experiência individual e o modo de organização da sociedade neoliberal, no qual se sobressai o sentido da meritocracia, como observamos nas seguintes falas:

Eu **nunca** me senti diferente por ser mulher, tá entendendo? Então assim, eu considero sim que eu tenha recebido o incentivo dos meus pais para estudar **justamente por ser mulher** porque **normalmente mulher, nordestina, pobre, preta**, tem uma tendência a se tornar empregada doméstica, talvez tenha sido por isso que eles me motivaram tanto, **mas** assim eu **nunca** me senti diferente por conta da questão de ser mulher assim, **eu nunca** senti assim: ah, poxa, o homem conseguiu aquilo, eu como mulher não (Erin, grifo nosso).

Então, **não existe** diversidade de raça, **não tem nenhuma** mulher negra na minha área, e só tem mulheres jovens entre 30 e 35 anos. Se eu fosse uma mulher negra, aí eu acredito que **eu teria tido muito mais dificuldade** de ter crescido. Sinceramente, porque no país, no Brasil, existe um **preconceito violento**. As pessoas dizem que não são racistas, **mas são muito racistas, são muito preconceituosas** e essa nossa área **é muito** preconceituosa com relação à raça. Eu tenho essa impressão porque você não vê mulheres negras em nossa profissão. Nunca! **Eu nunca** tive uma pessoa negra trabalhando comigo em 30 anos. Eu acho que há um preconceito **muito** grande no Brasil, **muito** grande mesmo. E **nós** precisamos mudar isso (Maria, grifo nosso).



Os trechos citados ilustram o que é denominado por Theodoro (2022) de sociedade desigual: “trata-se de uma desigualdade que se sustenta não apenas na questão econômica e social, mas também no acesso diferenciado aos serviços públicos e principalmente à segurança e à justiça” (Theodoro, 2022, p.17). Ainda que o contexto histórico, social, político e econômico do Brasil seja caracterizado por tais desigualdades, há, na argumentação de Erin, um apagamento dessas questões. Isso pode ser interpretado como parte das práticas discursivas do “racismo à brasileira”, construído com base no mito da “democracia racial” (Gonzalez, 2019, p.341). Esse não reconhecimento das relações de poder que envolvem cor/raça faz coro com o conceito de “racismo por denegação”, que classifica o racismo no nosso país como um “racismo disfarçado” (Gonzalez, 2019, p.344). Isso se dá, segundo a autora, pela ideologia do branqueamento, ou como define Cida Bento (2022), o pacto da branquitude. Para Theodoro (2022, p.20) “a branquitude é a transformação da estética, da percepção de mundo e da cultura branca em padrão social, e faz com que tudo que não esteja associado ao arquétipo ariano e aos seus desdobramentos seja considerado negativo, contraproducente, inferior ou perigoso”.

É sob esse prisma que, no nosso entendimento, a fala de Erin compactua com a ideologia da branquitude. Pelas marcas textuais de “nunca”, “justamente” e “normalmente”, como expressões que modalizam os sentidos produzidos sobre gênero, raça, classe e território, a entrevistada se desloca de um lugar de discriminação e preconceito para dar espaço à ideologia da meritocracia. Conforme define Bento (2022),

De fato, o conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. Ou seja, a meritocracia defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa (Bento, 2022, p.21).

Erin afirma, em um primeiro momento: “Eu **nunca** me senti diferente por ser mulher” e, na sequência, argumenta que recebeu o incentivo dos pais para estudar “**justamente por ser mulher** porque **normalmente mulher, nordestina, pobre, preta**, tem uma tendência a se tornar empregada doméstica”. Sublinhamos esse trecho pelo modo como as contradições de sentido se apresentam e, porque, de alguma forma, se relacionam com a fala de Maria. Por ser uma mulher branca de classe média-alta, ela reconhece em sua trajetória profissional “os universos macro e micro” em que o racismo transita (Theodoro, 2022, p.21). Sua argumentação pressupõe o reconhecimento de desigualdades de raça, de idade e de gênero no mercado de relações públicas, cujos modalizadores “não existe”, “não tem nenhuma mulher negra na minha área”, “eu teria tido muito mais dificuldade [se fosse mulher negra]” deixam explícito seu posicionamento em relação à estrutura racista de nossa sociedade.

Por fim, destacamos que o “domínio de poder estrutural”, expresso pelo mercado de trabalho das relações públicas, organiza as relações de poder de forma desigual conforme o gênero, a classe, a cor/raça e as maternidades. Os sentidos produzidos pelas mulheres que atuam como relações-públicas indicam que prevalecem práticas machistas, brancas, elitistas e racistas. Além disso, o acesso à educação se mostrou determinante para o enfrentamento de desigualdades estruturais.

A fim de sintetizar os resultados oriundos da análise, apresentamos uma representação visual dos principais sentidos, conforme a Figura 4:

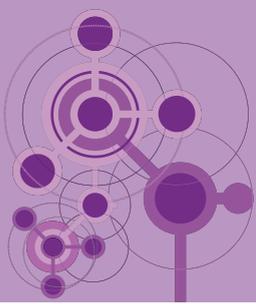
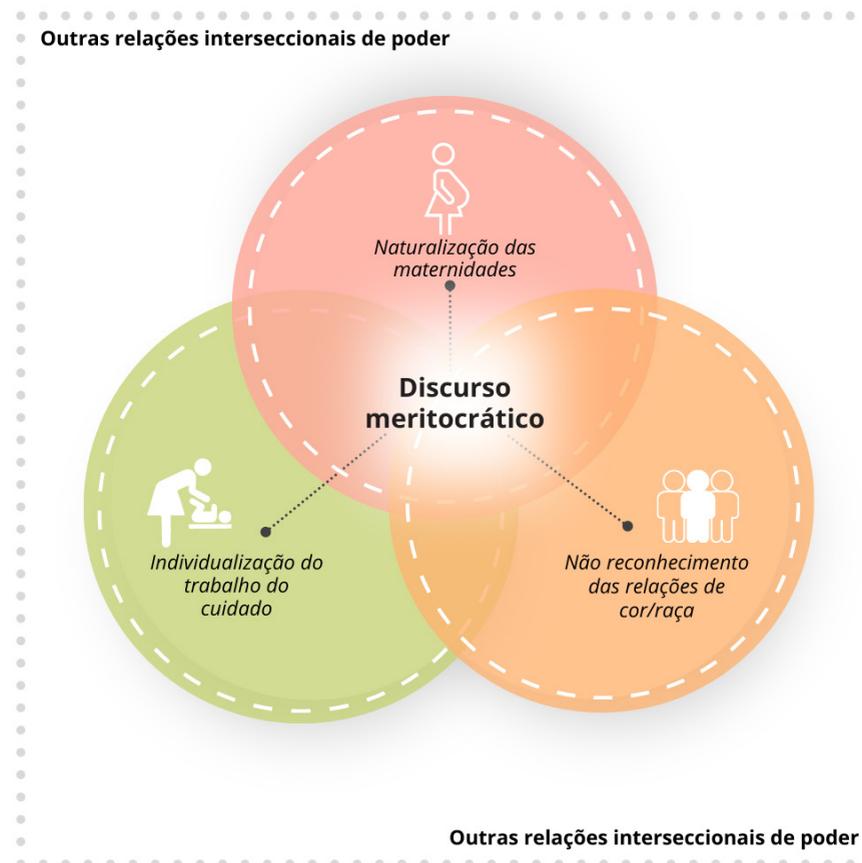


Figura 4 — Síntese dos resultados

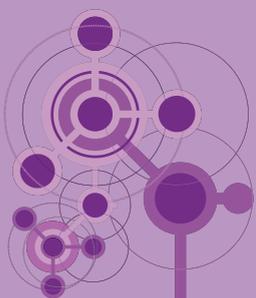


#PraTodosVerem: A Figura 4 representa a síntese dos resultados da análise a partir de três esferas interseccionadas. A primeira esfera, de cor rosa, apresenta o texto “Naturalização das maternidades”, com um ícone de uma pessoa grávida. Já a segunda esfera, de cor verde, está localizada no canto inferior esquerdo e apresenta o texto “Individualização do trabalho do cuidado”, junto a um ícone de uma pessoa com um bebê. E, na terceira esfera, de cor laranja, está o texto “não reconhecimento das relações de cor/raça”, com um ícone que representa pessoas diversas. Na intersecção central dessas três esferas está escrito “Discurso meritocrático” e três setas o conectam a cada esfera. Essas esferas também contêm linhas pontilhadas de cor branca em suas bordas e há uma outra linha pontilhada que enquadra a figura. Esse quadrado pontilhado ao redor das esferas apresenta na parte superior esquerda e na parte inferior direita o texto “Outras relações interseccionais de poder”.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Assim, inferimos que o discurso meritocrático assume centralidade nas histórias de vida das relações-públicas, uma vez que esse sentido se apresenta como base para os demais, funcionando como um sentido “matriz”. Desse modo, a meritocracia se sobressai e perpassa a naturalização das maternidades, a individualização do trabalho do cuidado e o não reconhecimento das questões de cor/raça. A representação da linha pontilhada indica que tais sentidos não estão isolados, mas se interpenetram. Da mesma forma, a linha pontilhada ao redor das intersecções sugere que estas que foram mapeadas por este trabalho integram um todo mais amplo, em que coexistem outras relações interseccionais de poder.

O discurso da meritocracia sedimenta os valores do esforço, da superação, bem como a importância de determinadas habilidades e competências individuais que são levadas a cabo no exercício da maternagem, no trabalho do cuidado e nas questões que envolvem relações de cor/raça. Por isso, não há questionamentos ou críticas mais agudas quanto à estrutura social, econômica, política e cultural que sustenta as maternidades, assim como o trabalho do cuidado é, em grande parte, de responsabilidade exclusiva das mulheres (e das mulheres-mães). O mérito também se mostra como um dos vetores capazes de ocultar as desigualdades de cor/raça que implicam em diferentes oportunidades no mercado de trabalho, na educação, no acesso à serviços básicos de cidadania e às políticas públicas.



Os sentidos mapeados evidenciam, portanto, que a atividade de relações públicas tem silenciado debates importantes, cujas reflexões podem ser desveladas pela perspectiva crítica. Com isso, as relações interseccionais de poder que sustentam desigualdades (que, neste trabalho, foram analisadas pela trajetória de quatro mulheres), podem ser incorporadas como parte fundamental para pensarmos a interdependência entre o campo profissional e o modo como se estrutura a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo responder à questão: de que modo as relações interseccionais de poder sustentam as desigualdades vivenciadas pelas relações-públicas no Brasil? Mediante a análise da história de vida de quatro relações-públicas no Brasil foram considerados os pressupostos da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2016; Ramalho; Resende, 2011; 2022).

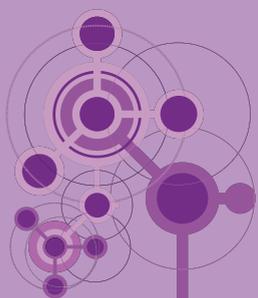
Os resultados nos levaram a identificar as relações interseccionais de gênero, de classe, de raça e de maternidades como as principais desigualdades que sustentam a trajetória profissional das entrevistadas. Os relatos das entrevistadas sugerem, sobretudo, a reprodução de discursos hegemônicos, os quais produzem sentidos estruturantes que não são exclusivos da atividade de relações públicas e tampouco do contexto brasileiro. Observamos que a economia do cuidado aponta para uma feminização das profissionais; desse modo, profissões relacionadas ao cuidado são atribuídas às mulheres. Portanto, cabe questionar: por que o cuidado é feminino e como impacta no desenvolvimento profissional das relações-públicas?

No atual cenário brasileiro, em que as pautas sociais relacionadas aos direitos humanos têm adquirido cada vez mais relevância, é papel da atividade de relações públicas buscar compreender e incorporar as questões aqui colocadas. Por isso, é necessário que alunos e profissionais se atualizem e reflitam sobre a prática profissional, a qual envolve não apenas o fazer da profissão, mas, sobretudo, as relações que se estabelecem no bojo do exercício profissional. Com isso, é imperativo repensar o ensino em relações públicas para então iniciar um processo de transformação da prática profissional.

A análise da pesquisa apontou que as relações de poder interseccionais são naturalizadas pelas profissionais de relações públicas, cujo discurso da meritocracia sustenta as desigualdades no que tange às maternidades e às questões de gênero, raça, classe no mundo do trabalho. Desse modo, apesar dos mais de 50 anos da existência da profissão no Brasil, não identificamos mudanças discursivas que poderiam apontar para mudanças sociais na trajetória das profissionais que participaram da pesquisa.

Assim, a incorporação da teoria interseccional tem potencial para provocar um processo de revitalização dos estudos críticos em relações públicas. Diante do avanço de movimentos de extrema-direita em todo o globo, torna-se ainda mais relevante reunir esforços para pensar estratégias analíticas capazes de utilizar a investigação crítica para propor outras possibilidades para a *práxis* da atividade de relações públicas. Dessa forma seria possível ir além dos programas de relacionamento eficazes e eficientes, dos resultados, das métricas, do número de *likes* e do alcance gerados pela ampla velocidade com que circulam as informações na sociedade contemporânea. Uma mudança de foco e de perspectiva poderia nos direcionar para as relações sociais e culturais nas quais as relações-públicas estão inseridas, cujo cenário é o mesmo em que habitam as organizações e a sociedade como um todo. Provocar a mudança é, para um profissional "ativista" (Holtzhausen, 2016), ser capaz de analisar cenários (Ferrari, 2011) como esse.

Olhar apenas para as relações organizacionais sem a abordagem crítica é uma forma de silenciar os arranjos de poder que as constituem, os sistemas de opressão que ali operam e se perpetuam historicamente. Essa situação coloca nas mãos das profissionais a solução da desigualdade no ambiente de trabalho, sem o apoio de políticas públicas e organizacionais.



Esse trabalho é só o início do desenrolar de um grande novelo. Outros pesquisadores devem se apropriar dos sentidos apresentados no presente texto para produzir outras pesquisas, com novos olhares, inclusive devido às poucas pesquisas existentes sobre mulheres negras ou LGBTQIA+. Sendo assim, o assunto não se esgota neste artigo; ao contrário, oferecem-se insumos para que outros pesquisadores tratem de entender como as relações interseccionais de poder perpassam as trajetórias das relações-públicas, além de verificar como as empresas estão abordando essas questões.

REFERÊNCIAS

ADI, Ana.; AYME-YAHIL, Edna. (eds.). *Women in PR*. Research and opinions about the status, challenges and future of women working in PR/Communications. Berlim: Quadriga University of Applied Sciences, 2020. Disponível em: https://www.quadriga-hochschule.com/app/uploads/2021/03/QHS_Women-in-PR_Adi-Ayme-Yahil_0.pdf. Acesso em 31 jan. 2023.

AKTAŞ, Melike. Women in Public Relations: Reflections from Academic Research. In: ADI, A.; AYME-YAHIL, E. (eds.). *Women in PR*. Research and opinions about the status, challenges and future of women working in PR/Communications. Quadriga University of Applied Sciences, 2020, p.9-18.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, p.329-376, 2006.

BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*, n. 29, marzo de 1999. Traducido por el TCU 0113020 de la Universidad de Costa Rica, de "L'approche biographique: Sa validité méthodologique, ses potentialités", publicado en *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX, París, 1980, p.197-225.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. *50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2017.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

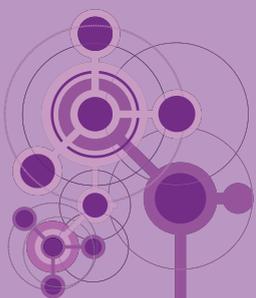
BRASIL. Lei 5.377, de 11 de dezembro de 1967. Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5377.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.377%2C%20DE%2011%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201967.&text=Disciplina%20a%20Profiss%C3%A3o%20de%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20P%C3%ABlicas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em 01 fev. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.312-321.

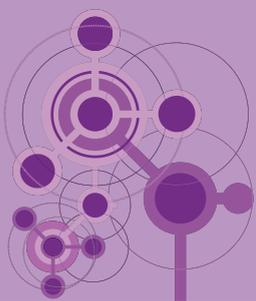
CLINE, Carolyn Garrett. *The velvet ghetto: The impact of the increasing number of women in public relations and business communication*. San Francisco, CA: IABC Foundation, 1986.

CODATO, Adriano; LEITE, Fernando. Classe social. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p.20-68.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.



- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERRARI, Maria Aparecida. A influência dos valores organizacionais na determinação da prática e do papel dos profissionais de relações públicas: estudo comparativo entre organizações do Brasil e do Chile. 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- FERRARI, Maria Aparecida. Contexto Global e latino-americano da comunicação e relações públicas *In*: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. *Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos*. 2. ed. revisada e ampliada. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 85-224-3169-8.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.340-352.
- GRUNIG, Larissa. A.; TOTH, Elizabeth. L.; HON, Linda Childers. *Women in public relations: how gender influences practice*. New York: Guilford, 2001.
- GURGEL, Luciana. Estudo em 12 países expõe abismo de gênero no comando das redações, com Brasil “na lanterna”. *Media Talks*, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://mediatalks.uol.com.br/2022/03/22/estudo-mostra-baixa-participacao-de-jornalistas-mulheres-no-comando-das-redacoes/>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista estudos feministas*, Florianópolis, v. 3. n. 2, p.464-478, segundo semestre 1995.
- HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.
- HOLTZHAUSEN, Derina. *Public relations as activism: postmodern approaches to theory & practice*. New York: Routledge, 2016.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.67-75.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 1986.
- L'ETANG, Jaquie. *Relaciones públicas: conceptos, práctica y crítica*. Barcelona: UOC, 2009.
- LEITE, Tayná. Desromantizar é preciso. *Gestar, parir, amar não é só começar*. Belo Horizonte: Letramento, 2019. p.60-68.
- LEITE, Tayná. A mulher que habita em mim: onde ela foi parar? *Gestar, parir, amar não é só começar*. Belo Horizonte: Letramento, 2019. p.121-129.
- LEITE, Tayná. Quem paga essa conta? *Gestar, parir, amar não é só começar*. Belo Horizonte: Letramento, 2019. p.131-151.



MAHER, Jane Maree. Skills, Not Attributes: Rethinking Mothering as Work. *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2004. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/4917>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. *Revista de economia contemporânea*, v. 13, n. rev. econ. contemp., 2009 13(1), jan. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006> Disponível em <https://www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 4 jan. 2023.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. Classe, gênero e dinâmica da vida social. *Publicidade e desigualdade: leituras sobre gênero, classe e trabalho feminino*. Porto Alegre: Sulina, 2018.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric feminism: theory, activism, practice*. Toronto: Demeter, 2016.

ORTEGA, Sandra M. R. Desafios e percalços de mulheres no exercício profissional de relações públicas: análise de histórias de vida para entender a desigualdade na profissão. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-09062022-142949>

PERUZZO, Cicilia Krohling. *Relações públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo: Summus, 1986.

PIECZKA, Magda. Looking back and going forward: the concept of the public. *Public relations inquiry*, v. 8, n. 3, p.225-244, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/2046147X19870269>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2046147X19870269>. Acesso em: 7 fev. 2022.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Pontes, 2011.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

SANTAMARINA, Cristina; MARINAS, José Miguel. Histórias de vida e história oral. In: DELGADO, Juan Manuel; GUTIÉRREZ, Juan (ed.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Síntesis, 1995. p.257- 285.

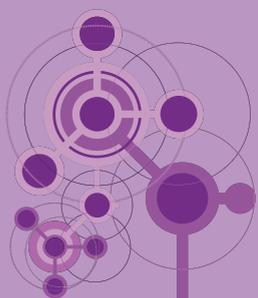
SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo. Tensionamentos maternos na contemporaneidade: articulações com o cenário brasileiro, *Revista crítica de ciências sociais [on-line]*, n. 123, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.10972>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/10972>. Acesso em: 17 dez. 2020.

THEODORO, Mário. *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p.15-170.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

TOPIĆ, Martina (ed.). Women in public relations in England. Leeds/Brussels: Creative Media and Communications Research; Euprera, 2020. (Euprera Report v. 2., n. 1).

VIVAS, Esther. Maternidade em disputa. *Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade*. São Paulo: Timo, 2021. p.17-121.



VERČIČ, Dejan; VAN RULER, Betteke; BÜTSCHI, Gerard; FLODIN, Bertil. On the definition of public relations: a European view. *Public relations review*, n. 27, p.373-387, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0363-8111\(01\)00095-9](https://doi.org/10.1016/S0363-8111(01)00095-9)

XIFRA, Jordi. Public relations anthropologies: French theory, anthropology of morality and ethnographic practices. *Public relations review*, n. 38, p.565-573, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2012.05.003>

WEY, Hebe. *O processo de relações públicas*. São Paulo: Summus, 1983.

YEOMANS, Liz. The 'acceptable face of feminism' in the UK public relations industry: senior women's discourse and performativity within the neoliberal PR firm. In: ADI, Ana; AYME-YAHIL, Edna (eds.). *Women in PR: research and opinions about the status, challenges and future of women working in PR/communications*. Berlim: Quadriga University of Applied Sciences. 2020. p.39-47. Disponível em: https://www.quadriga-hochschule.com/app/uploads/2021/03/QHS_Women-in-PR_Adi-Ayme-Yahil_0.pdf. Acesso em 31 jan. 2023.

Artigo recebido em 31/01/2023 e aprovado em 31/01/2023